



drynet

www.dry-net.org

No. 2

Janeiro de 2008

Boletim Drynet

Uma iniciativa global para dar um futuro às terras secas

Drynet é um projeto de 17 organizações de vários lugares do mundo que trabalham juntos para combater a degradação do solo.

CONTEÚDO

Aquecimento Global, a grande ameaça **2**

Alertas se multiplicam **3**

Brasil tem Plano Nacional sobre Mudança do Clima **4**

Emergentes assumem liderança por novo acordo sobre o clima **5**

Textos dos parceiros Drynet

Como funciona a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação **6**


Estará a UNCCD presa em um "engarramento" de saberes? **8**


Declaração das Organizações da Sociedade Civil participantes do CRIC7 (trechos) **8**

PUBLICADO POR

 **Instituto Sertão**
Pelo Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente

GTCD

 **ASA**
Articulação no Semi-Árido Brasileiro

 Este projeto é financiado pela União Europeia

Esta edição do Boletim Drynet foca nas inquietantes consequências que o aquecimento global trará para o Nordeste, segundo cenários divulgados no final de 2008, e na boa notícia constituída pelo lançamento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em dezembro, também no ano passado. Embora criticado por suas insuficiências, é o primeiro engajamento do Governo Federal nessa área; uma grande mudança, portanto.

A questão posta agora é a articulação do PAN-Brasil com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. A Comissão Nacional de Combate à Desertificação, recém empossada, mas ainda sem os representantes da sociedade civil, talvez tenha aí uma grande papel a desempenhar.

A seção internacional do boletim foca na 7ª reunião da CRIC (Comitê de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação) que aconteceu em Istambul, Turquia, do 3 ao 14 de novembro passado, simultaneamente com a primeira sessão extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia (CST).

Além de montar um stand e distribuir novas publicações, como um Guia prático para o mapeamento e análise do engajamento das

Organizações da Sociedade Civil em terras secas, a Drynet realizou dois eventos paralelos. No primeiro se debateu sobre a possibilidade dos agrocombustíveis serem uma oportunidade para a subsistência dos povos pastoris nômades, que ocupam terras ditas "sem valor"; no segundo, o fortalecimento das parcerias da sociedade civil para a gestão sustentável do solo e o monitoramento dos progressos para superar sua degradação.

Embora as organizações da sociedade civil possam participar abertamente nos eventos promovidos no marco da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a pergunta que permanece é: Quanta influência elas realmente têm sobre o processo de tomada de decisões? Na sua parte internacional este boletim traz alguns pontos de vista sobre esta questão.



Membros da Drynet durante evento paralelo durante a CRIC 7

Aquecimento Global, a grande ameaça

Não dá mais, definitivamente, para separar a militância pela convivência com o semi-árido da luta contra o aquecimento global. Se alguma prova faltava, ela veio com o estudo "Mudanças Climáticas, Migrações e Saúde: Cenários para o Nordeste Brasileiro, 2000-2050", realizado por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais e do Centro de Pesquisas René Rachou - Labes, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O estudo partiu do cenário A2, o mais pessimista formulado pelos cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas.

As projeções são de dar calafrio. Se as previsões do cenário A2 se cumprirem o setor agrícola será brutalmente afetado, com perda de 79,6% das terras agricultáveis do Ceará, seguido pelo Piauí (-70,1%), Paraíba (-70,1%) e Pernambuco (-64,9%). Com o risco de desertificação acelerado, a região deve se tornar imprópria para a maioria das plantas cultivadas atualmente, em especial mandioca e milho.

Os impactos negativos na agricultura, sobretudo nos municípios de médio porte, podem ter "efeitos de encadeamento" na indústria e nos serviços. Para 2050, a região como um todo perderá 11,4% do Produto Interno Bruto (PIB), com impacto desigual (Pernambuco em um extremo, -18,6% e Sergipe no outro, com -3,6%). Pouca gente escapará, pois menos de 1% dos municípios da região não sentirão os efeitos econômicos das mudanças do clima.

As localidades com menor nível de capital humano (mão de obra qualificada) serão aquelas com menor ritmo de crescimento. A estagnação econômica e a redução dos níveis

de emprego levarão a uma queda acentuada do consumo das famílias do Nordeste em comparação com as demais regiões do Brasil. As estimativas para 2050 mostram que apenas 93 municípios nordestinos apresentarão consumo familiar maior do que a média nacional

Dentre as populações mais vulneráveis à mudança climática destacam-se os migrantes, particularmente aqueles que se dirijam às áreas urbanas. Caso nada seja feito e as hipóteses usadas no estudo se confirmarem, entre 2035 e 2050 deverá ocorrer uma perda líquida da ordem de 483.000 pessoas na região. Os municípios com perdas populacionais mais significativas estão localizados na fronteira agrícola do oeste da Bahia e do Sul do Maranhão, ao longo do rio São Francisco na Bahia e no sudoeste de Pernambuco e oeste do Maranhão. O estudo também prevê uma perda populacional em quase todo o Semi-Árido e o Nordeste Setentrional.

Outra contribuição do estudo é a aplicação do Índice Geral de Vulnerabilidade (IGV), desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz. Segundo esse índice, os Estados do Ceará e de Pernambuco são os que mais sofrerão com a mudança climática, do ponto de vista dos indicadores de saúde.

O estudo foi apresentado na conferência que encerrou o II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente em Fortaleza em novembro do ano passado. É importante salientar que o estudo não é uma previsão (algo que necessariamente acontecerá), mas uma projeção, a partir dos cenários construídos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Veja boxe ao lado.

Entenda os cenários A2 e B2

O quarto relatório de avaliação (AR4) do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado em 2007, propôs vários cenários que podem ocorrer até 2100.

O mais pessimista é o cenário A2, que descreve um mundo com população e emissões dos gases-estufa crescendo continuamente. O modo de fazer negócios continua como sempre foi feito. Novas tecnologias são implementadas em ritmo muito lento. De acordo com este cenário, a temperatura média da Terra deve aumentar entre 2°C e 5,4°C até 2100.

O cenário B2 descreve um mundo que procura soluções locais para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A população aumenta continuamente, mas em um ritmo menor que no cenário A2. As mudanças tecnológicas não serão muito rápidas, porém mais diversificadas, o que permitirá uma emissão menor de gases de efeito estufa. O aumento da temperatura deve variar entre 1,4°C e 3,8°C em 2100.

• • •

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) foi estabelecido em 1988 pela organização Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fornecer informações científicas, técnicas e sócio-econômicas relevantes para o entendimento das mudanças climáticas. É um órgão intergovernamental aberto para os países membros dos dois órgãos instituidores (Fonte: Wikipédia).

Alertas se multiplicam

Carta de Fortaleza

Mais de 50 especialistas em semi-árido reunidos durante o II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste, acontecido em Fortaleza em novembro passado produziram um forte alerta. A Carta de Fortaleza, que foi entregue ao Ministro Carlos Minc, aponta para a ocorrência de temperaturas mais altas na região em função das mudanças climáticas. Isso implicará em déficit hídrico e menor umidade do solo. As secas e as enchentes, assim como os veranicos, deverão ficar mais freqüentes e intensos. Com isso, áreas hoje caracterizadas como "sub-úmidas secas"

podem passar a semi-áridas e as semi-áridas a áridas.

Por conta disso, atividades econômicas serão afetadas. A perda de solos e biodiversidade será acelerada. Na ausência de esforços eficazes para a adaptação ao novo clima, o abastecimento de água limpa sofrerá impacto significativo. O êxodo rural para as cidades aumentará, assim como a pobreza e a fome.

O documento recomenda o fomento ao desenvolvimento sustentável do Nordeste e o fortalecimento da

capacidade de adaptação, sobretudo dos pobres, por meio da educação e da capacitação profissional. A disseminação de informação sobre o tema e suas implicações também foi apontado como necessária e, para isso, o envolvimento da mídia foi considerado fundamental.

(Fonte, Assessoria de Comunicação do MMA; para ler a Carta de Fortaleza na íntegra acessar www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/129_18122008124456.pdf)

Alerta do IPCC

No final do mês de outubro 2008, os coordenadores do Grupo de Trabalho nº 2 do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) apresentaram no IPEA, em Brasília, outro alarmante relatório sobre as mudanças climáticas.

Segundo o cientista inglês Martin Parry, coordenador do GT2 – que produz os relatórios sobre impactos, adaptação e vulnerabilidades ao aquecimento global – a redução global das emissões

de carbono precisa ser de 80% até 2015. Caso isso não seja feito o aumento da temperatura do globo pode chegar a 4 °C até o final do século.

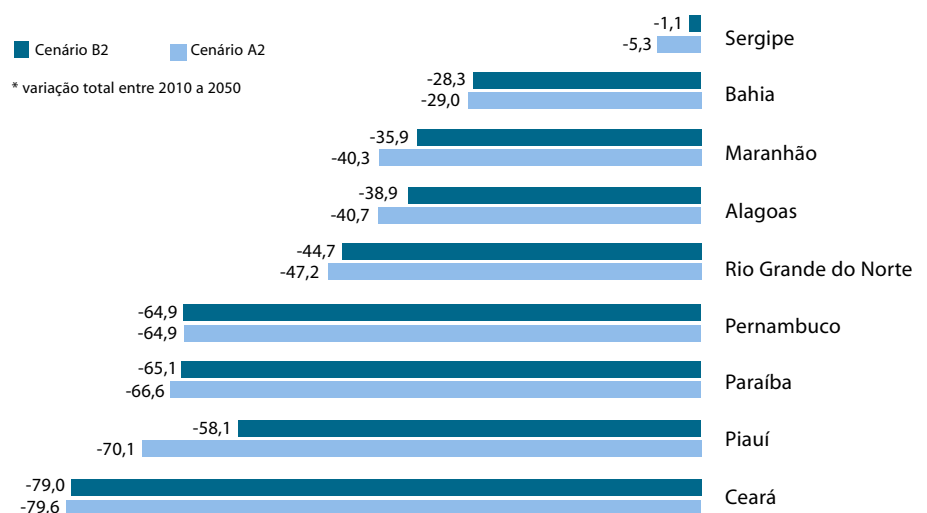
Para o pesquisador brasileiro Carlos Nobre, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o Brasil pode contribuir com essa meta ao acabar com os desmatamentos. "Hoje o desmatamento é responsável por 55% das nossas emissões de gases de efeito

estufa", disse Nobre. De acordo com o pesquisador, a agricultura é a segunda maior atividade responsável pelas emissões de gases na atmosfera. Ela representa 25% dessas liberações. Os 20% restantes estão ligados ao tratamento de resíduos e a atividades nos setores de energia e indústria. Segundo Nobre, no cenário mais pessimista a subida do nível do mar pode chegar a um metro.

(Fonte: site do IPEA)

Perda de área agricultável em cada cenário climático*

PROJEÇÕES



Brasil tem Plano Nacional sobre Mudança do Clima

O presidente Lula assinou dia 1º de dezembro passado, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. O Plano foi lançado nesse mesmo mês pelo Ministro Carlos Minc na 14ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU, realizada em Poznan (Polônia).

A iniciativa é muito importante em diversos sentidos. Internamente o Plano constitui o primeiro engajamento oficial do governo na luta contra o aquecimento global, que terá dramáticas consequências para o Brasil em geral, e para o Nordeste em particular.

Por outro lado, não menos importante, o plano se inscreve dentro do abandono voluntário, por parte das nações emergentes, do discurso que atribuía o peso da luta contra o aquecimento global aos países ricos. Esse discurso servia para que grandes nações geradoras de gases de efeito estufa, como o Brasil, Índia e China, simplesmente lavassem as mãos, o que, por sua vez, gerava resistências de países ricos, os Estados Unidos em primeiro lugar, para assumir compromissos maiores.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima foca principalmente na redução do desmatamento, que é responsável por 75% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa. Na Amazônia, o governo se comprometeu a reduzi-lo de maneira

Mesmo que as metas do Plano sejam cumpridas, 70 mil km² devem ser desmatados nos próximos nove anos.

escalonada. Até o final de 2009 deverá ser 40% menos que a média de 1996 e 2005. Até 2013 a meta é reduzir em mais 30%, comparados com a média de 2006 a 2009 e, até 2017, mais 30% menos que a média de 2010 a 2013.

De um modo geral, o plano se propõe eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil até 2015

(isto é, equiparar desmatamento e reflorestamento). Para tanto, fixa a meta de dobrar a área de florestas plantadas passando para 11 milhões de ha em 2020 (sendo, porém apenas 2 milhões de ha com espécies nativas, o resto principalmente eucalipto). Há, ainda, o propósito de recuperar os mais de 100 milhões de ha de pastagens degradadas, o sequestro de carbono via integração lavoura-pecuária, sistemas agro-florestais ou agro-silvo-pastoris; a adoção do plantio direto e a redução do uso de fertilizantes, o aumento da produção de bio-combustíveis (com a possível antecipação para 2010 da meta de adicionar 5% de biodiesel ao diesel) e o aumento do consumo do carvão vegetal sustentável, dentre outros.

O plano foi criticado por membros do comitê de mudança do clima. "Nós estamos longe de ter um plano que atenda à dimensão do problema que enfrentamos", afirmou Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra. O próprio ministro do Meio Ambiente admitiu que poderia ter havido avanço maior: "Temos metas. Elas são tímidas ainda, mas podemos melhorá-las", disse Minc.

Gráfico 1 - Emissões per capita (1994)

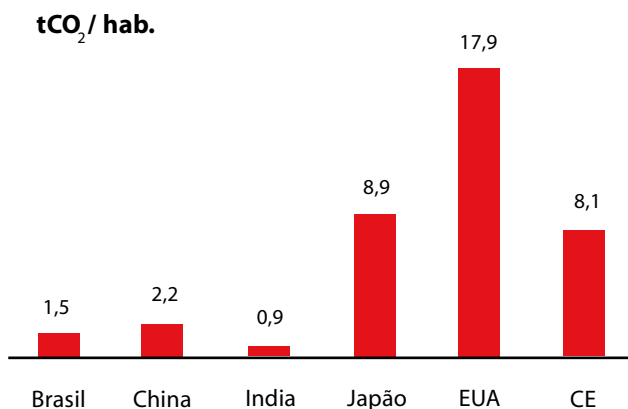
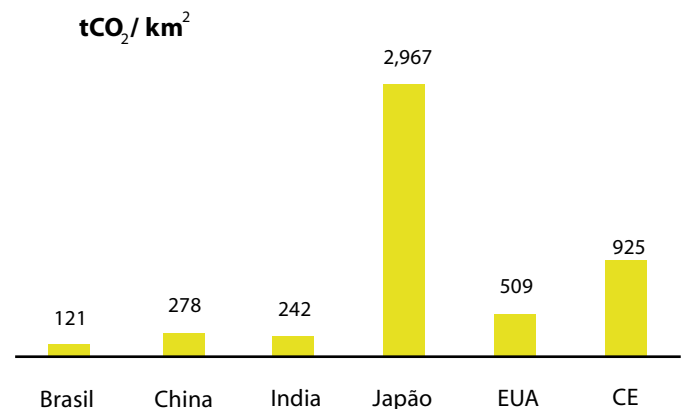


Gráfico 2 - Emissões por Área (1994)



Fonte: Elaboração a partir de dados das Comunicações das Partes à CONUMC

Emergentes assumem liderança por novo acordo sobre o clima

As negociações que resultaram no relatório final da 14ª Conferência do Clima das Nações Unidas, na Polônia, em dezembro passado, mostraram uma nova liderança, formada por países como o Brasil, China, Índia, México e África do Sul.

A nova configuração de forças nasceu da conjunção de três fatores. Um deles foi a transição de poder nos Estados Unidos, que reduziu à discrição total a delegação enviada por George W. Bush. O outro foi o impasse na União Européia, cujos líderes se dividiram. O último fator foi o abandono, por parte dos emergentes, do discurso da "responsabilidade histórica". Esse argumento atribuía aos países desenvolvidos a responsabilidade pelo aquecimento global, e desobrigava os mais pobres de também empreenderem ações fortes de mitigação. O abandono desse discurso permitiu que países como o Brasil assumissem, ao longo do último ano, uma ação mais proativa no cenário internacional, desarmando o argumento dos EUA, que condicionava suas atitudes à fixação de metas por emergentes.

A nova conduta do governo brasileiro foi explicitada na apresentação do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas

durante a Conferência, pelo Ministro Carlos Minc. Brasília se comprometeu, pela primeira vez, com metas de redução de emissões de CO2.

Embora criticado por ONGs internamente, o plano fez sucesso nos corredores de Poznan, onde as palavras de apreço aos emergentes se multiplicaram. Yvo de Boer, secretário-executivo do Painel do Clima da Organização das Nações (ONU), martelou todos os dias que esses países haviam assumido suas responsabilidades. A cobrança, argumentava, recairia sobre as nações mais ricas. Uma lista de prêmios Nobel – como o coordenador do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, e o economista Wangari Maathai – também enaltecera os novos protagonistas. Richard Worthington, um dos líderes do Greenpeace, reconheceu o novo cenário: "Países em desenvolvimento como o Brasil, que criou o Fundo da Amazônia e já tem US\$ 1 bilhão para enfrentar o desmatamento, o México, a África do Sul, a China dão sinais. Mas não vemos avanços dos países ricos."

(Com base em Andrei Netto, O Estado de SP 14/12)

Recursos contra Desertificação

"Reconhecemos a importância da Amazônia para o País. Porém, o Ministério do Meio Ambiente não é de uma moeda só. O combate à desertificação, a preservação da caatinga, dos recursos hídricos e o Nordeste são prioridade." A declaração foi proferida pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, na I Conferência Regional sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste, realizada em Fortaleza em novembro passado.

O Ministro anunciou ainda que foi aprovada uma emenda ao orçamento que garante R\$ 80 milhões para o combate à desertificação, e que foi enviada a Congresso Nacional uma emenda que cria o Fundo de Mudanças Climáticas, formado por royalties da indústria do petróleo. Os recursos desse fundo seriam no valor de R\$ 300 milhões por ano, cabendo, sempre segundo o Ministro, entre 60% e 70% desse total ao Nordeste. Ele não descarta a possibilidade de, no futuro, ser criado um fundo para a Caatinga, nos moldes do Fundo Amazônia.

Comissão Nacional de Combate à Desertificação

Estão definidos os critérios para escolha dos representantes da sociedade civil na Comissão Nacional de Combate à Desertificação, empossada no dia 26 de novembro pelo Ministro Carlos Minc, durante a I Conferência Regional Sobre Mudanças Climáticas (Fortaleza).

Os representantes governamentais (11 de diversos ministérios e 6 de órgãos de Administração Indireta, além de representantes dos estados afetados e da Associação Nacional de Órgãos

Municipais de Meio Ambiente), determinaram que essa escolha acontecerá através de assembléia pública em cada estado.

A realização dessas Assembléias terá o apoio da Coordenação de Combate à Desertificação (Secretaria de Desenvolvimento Rural e Extrativismo/MMA). Os interessados em concorrer à vaga terão de fazer um cadastro junto a essa Coordenação, que está organizando o processo.

Durante a primeira reunião da Comissão foi discutida uma mudança no Decreto que cria a CNCD, formulando-se uma recomendação para que se abra uma vaga para uma representação regional da sociedade civil.

Os pontos de vista da ASA foram defendidos nessa reunião por Paulo Pedro Carvalho, Ponto Focal Nacional da Sociedade Civil no Combate à Desertificação, e Felipe Pinheiro, da Coordenação Executiva da ASA.

Como funciona a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) é um dos frutos da famosa Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que reuniu chefes de estado de quase todo o mundo no Rio de Janeiro, em 1992. Nessa conferência, os países presentes instruíram as Nações Unidas para atualizar os acordos internacionais de combate a desertificação, um processo que culminou em Paris em junho de 1994. A nova Convenção passou a valer em dezembro de 1996, noventa dias depois da adesão do 50º estado. Atualmente 193 países já aderiram (UNCCD (www.unccd.int) do 16.12.2008).

A Convenção tem diferentes estruturas de governança e de tomada de decisões.

COP - A Conferência das Partes. Foi instituída pela Convenção como o órgão supremo de decisão; ela compreende governos e organizações regionais de integração econômica, tais como a União Européia. Uma das principais funções da COP é revisar relatórios apresentados pelas Partes, detalhando como elas estão levando a cabo seus compromissos; a COP faz recomendações com base nestes relatórios. Ela também tem o poder de fazer emendas à Convenção, podendo desta forma, guiar a convenção à medida que as circunstâncias globais e as necessidades nacionais se modificam.

Para auxiliar a COP, a Convenção prevê órgãos subsidiários e permite a criação de órgãos suplementares se necessário.

CRICs - Comitê para a Revisão da Implementação da Convenção. Auxilia a COP em rever periodicamente a execução da Convenção. O processo de revisão, levando em conta os níveis sub-regionais e regionais, permite a elaboração de conclusões e a proposição ao COP de recomendações concretas sobre novos passos na implementação da convenção. A revisão deve ser conduzida ao longo das linhas microclimáticas decididas pela COP, com o devido respeito às dimensões geográficas.

PAN – Programa de Ação nacional. As organizações e governos vinculados a UNCCD desenvolvem os seus próprios programas de ação nacionais (PAN), instrumentos essenciais para a implementação da Convenção. Os Programas de ação nacional devem ser desenvolvidos através de uma abordagem participativa, envolvendo as comunidades locais. Espera-se, através deste enfoque local, que sejam elaboradas medidas práticas para o combate a desertificação em cada ecossistema específico. O PAN Brasil foi criado em 2004, após amplo processo participativo que envolveu a sociedade civil e poderes públicos.

CST - Comitê de Ciência e Tecnologia. Órgão subsidiário da COP, que fornece informações e aconselhamento sobre os aspectos científicos e tecnológicos relativos ao combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca, utilizando os mais atualizados conhecimentos científicos. Ele é multidisciplinar, aberto à participação das Partes e composto por representantes governamentais com competências relevantes.

Entrevista com Mark Winslow

COORDENADOR DO CONSORCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DAS TERRAS SECAS (DSD)

Mark Winslow trabalha para o ICRISAT (Instituto Internacional de Pesquisa das culturas para o trópico Semi-árido), um centro de investigação agrícola, que procura melhorar o manejo sustentável dos solos nas áreas secas tropicais da África e da Ásia.

Conheci Mark em uma sexta-feira à tarde, no sossego da sala de reuniões do CCT (Comitê de Ciência e Tecnologia), no hotel Cevahir, durante a última semana do CRIC7 em Istambul. Lá fora nos corredores o zum zum zum das conversas informais e o eco das sessões oficiais em curso. O CCT estava encerrando sua sessão e apresentando à Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD, sigla em inglês) suas conclusões, incluindo a sua decisão de encarregar o Dryland Science for Development Consortium (DSD) com o mandato de prestar apoio à organização da COP9, que acontecerá em 2009. Isto se refere a uma decisão tomada na COP8 (Madrid, 2007) relativa ao Plano Estratégico de 10 anos, pela qual se recomenda ao Comitê de Ciência e Tecnologia que conduza as sessões futuras dentro de um perfil predominantemente técnico e científico.

SB: Em primeiro lugar, por que razão esta necessidade de mudança?

MW: A Convenção solicitou ao

>>

>>

CCT aumentar a circulação de conhecimento científico, de forma útil, pois a Convenção é composta por aquilo que é chamado "Conferência das Partes", que são representantes da administração política de quase todos os países do mundo. Estes representantes querem fazer uso da ciência para propor políticas para a redução do sofrimento, da queda da produtividade e dos elevados riscos de utilização das terras secas. Então eles pediram-nos para ajudar a organizar uma conferência que pudesse sintetizar, de maneira simples, os conhecimentos disponíveis sobre terras secas, com o intuito de utilizá-los na elaboração de melhores políticas públicas. Assim como a Convenção sobre as Alterações Climáticas encontrou na medição de carbono uma forma muito simples de fazer política, o objetivo desta conferência é o de encontrar algumas medidas simples de combate a degradação das terras secas.

SB: O Consórcio tem o mandato claro de envolver especialmente OSC e ONGs no desenvolvimento de um conjunto de indicadores de desertificação. Como isto será feito e como você vê a participação da Drynet e outras iniciativas da sociedade civil nesse processo?

MW: O que torna a UNCCD bastante única é que ela reconhece a importância do conhecimento local para resolver este problema, porque trata-se de um problema de uso da terra. As pessoas que trabalham a terra possuem uma experiência na maneira de utilizar o solo que vem através de gerações.

Cientistas, educados de maneira mais clássica, muitas vezes não são usuários de terra, desta forma, eles correm o risco de olhar para as coisas de uma forma determinada e deixar passar aspectos que são importantes. Vamos trabalhar com OSC e ONGs para acrescentar esses outros pontos de vista e perspectivas, para que nos ajudem a compreender como colocá-los de forma científica, identificando as lacunas de conhecimento e as diferentes prioridades dos usuários da terra.

Para mais informações sobre o DSD, por favor, visite o website www.drylandscience.org ou entre em contato com o coordenador do DSD, o Dr. Mark Winslow em: m.winslow@cgiar.org Escute a entrevista no site www.dry-net.org

7 de novembro 2008

Por Silke Brehm

Parceiro Drynet da LPP,

Alemanha

Silke.Brehm@gmx.de



Visita do Ponto Focal da Índia ao stand da Drynet na CRIC7

Agenda 2009 Internacional

12 - 16 Janeiro 2009 - 5ª EGU -

Conferência Internacional Alexander Von Humboldt, a ser realizada em Cape Town, África do Sul. Mudanças climáticas e sistemas terrestres africanos - passado, presente e futuro.

www.humboldt5.uct.ac.za/

21 - 23 Janeiro 2009 - WAFLA -

Conferência Internacional - Melhorando Ferramentas contra a Desertificação e a Seca, Fortalecimento da Agroflorestas e Sistemas de Gestão dos Recursos hídricos para Regiões Áridas e Semi-Áridas na América Latina. A ser realizada na Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Sede em Santiago, Chile.

www.wafla.com

www.accionporlatierra.cl/conferencia

10 - 12 Março 2009 - Alterações

Climáticas: Riscos Globais, Desafios e Decisões. Congresso da UNFCCC COP-15 em Copenhague, Dinamarca.

<http://climatecongress.ku.dk>

13 - 17 Abril 2009 - Conferência

Internacional sobre Água, Meio Ambiente e Ciências da Saúde: Os desafios da Mudança climática (ICWEHS), a ser realizada em Cholula, México. Esta conferência proporcionará um fórum para a troca interdisciplinar de questões, opiniões, experiências e necessidades de investigação nas áreas de água, meio ambiente e ciências da saúde sob a influência das alterações climáticas.

<http://www.udlap.mx/ICWEHS/>

Estará a UNCCD presa em um “engarramento” de saberes?

Documento conjunto Drynet / DESIRE / enid

O documento centra-se na forma como a UNCCD pode contribuir de forma mais eficaz através de uma combinação das mais recentes investigações com a riqueza de conhecimentos produzidos pela comunidades afetadas por processos de desertificação, OSC e ONGs. Seguem dois pequenos trechos, como indicação do conteúdo:

"Para melhorar a eficácia da UNCCD para as comunidades afetadas, os representantes governamentais responsáveis pela implementação da convenção e seus PANs devem basear as suas intervenções em informações relevantes e atualizadas. Isso inclui o conhecimento vindo das comunidades locais e usuários de terras sobre o estado atual da degradação da terra e da desertificação, práticas tradicionais, sucessos locais e obstáculos.

Ao mesmo tempo, o conhecimento deve vir de investigadores, disponibilizando análises aprofundadas sobre os processos e impactos da desertificação, assim como avaliações da viabilidade técnica e financeira das soluções propostas. É importante também desenvolver formas de monitoramento e avaliação da desertificação, bem como a determinação do impacto da UNCCD no combate a esta. Isto requer a integração de diferentes tipos de saberes e o desenvolvimento de vias adequadas onde estes chegar aos responsáveis pela elaboração das

políticas públicas."

"... não existe um mecanismo formal que assegure que o conhecimento local e tradicional sejam levados em conta nos processos e negociações da UNCCD. De certa forma, o fluxo deste conhecimento é complicado porque tem um percurso mais longo e árduo a fazer, a partir do nível local, através de seus intermediários ate chegar aos níveis nacional e internacional.

... Para que o conhecimento local seja utilizado de forma eficaz, as raízes nacionais do processo internacional da UNCCD são, portanto, fundamentais. "

Para as nossas sugestões de melhorias, por favor leia o documento completo em www.dry-net.org

Declaração das Organizações da Sociedade Civil participantes do CRIC7 (trechos)

"Apreciamos o novo formato do Comitê de Ciência e Tecnologia, que irá envolver entidades e representantes da comunidade científica e renovará sua composição a fim de incluir mais expertise científica e técnica. A este respeito, gostaríamos de alertar para o fato de algumas organizações da sociedade civil já possuírem uma orientação científica e técnica. O Consorcio recentemente selecionado para a organização da Conferencia Cientifica deve incluir as Organizações da Sociedade Civil que tem competência nesta área.

Em relação aos indicadores biofísicos

e socioeconômicos, enfatizamos que há um trabalho já foi realizado, nas diversas regiões, e que este deveria ser considerado e adotado no curto prazo. Acreditamos também que os indicadores de participação são necessários para monitorar a inclusão das organizações da sociedade civil na implementação da Convenção, e que estes devem estar incluídos nos relatórios nacionais.

Na mesma linha, solicitamos que o Comitê de Ciência e Tecnologia leve em conta o trabalho realizado pela sociedade civil sobre questões relativas a conhecimento, tecnologia e práticas na luta contra a desertificação e a seca. Além disso, observando o fraco desempenho do Programa de Redes Temáticas (TPNs), solicitamos as Partes e à Secretaria que apóiem sua revitalização."

Para consular a declaração completa visite o website www.dry-net.org

.....

Se você deseja receber este boletim por via eletrônica ou para obter mais detalhes sobre os artigos publicados, entre em contato conosco através do endereço sertão@sertão.org.br. Visite o site www.dry-net.org em inglês.

.....

Edição brasileira

Textos: Daniel Raviolo

Diagramação: Paulo Camelo

Tiragem: 1.000 exemplares